



A Rádio da Universidade, de Porto Alegre, e a ditadura: da ocupação estudantil em 1964 à redemocratização em 1985

Mariane Souza de QUADROS¹
Luiz Artur FERRARETTO²

Resumo:

O estudo historiográfico aborda a trajetória da Rádio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, de Porto Alegre, durante a ditadura civil-militar, de 1964 a 1985. Considera a periodização do rádio brasileiro proposta por Ferraretto (2012) e a recuperação da história das emissoras educativas e públicas realizada por Zuculoto (2012). Apoiar-se nos pressupostos teóricos e metodológicos oferecidos por Heller (1997), Barbosa (2008), Schudson (1993) e Mosco (2009). Identifica e analisa alguns eventos ocorridos na emissora ao longo do regime militar, com ênfase na ocupação estudantil nos primeiros dias de abril de 1964 e no envolvimento com iniciativas de educação pelo rádio durante os governos militares subsequentes.

Palavras-chave: Rádio da Universidade; rádio educativo; história do rádio; Universidade Federal do Rio Grande do Sul; golpe de 1964.

Rádio da Universidade, in Porto Alegre, and the dictatorship: from the student occupation in 1964 to redemocratization in 1985

Abstract:

This historiographical study addresses the trajectory of the Radio of the Federal University of Rio Grande do Sul, in Porto Alegre, during the civil-military dictatorship from 1964 to 1985. It considers the periodization of Brazilian radio proposed by Ferraretto (2012) and the recovery of the history of educational and public broadcasters carried out by Zuculoto (2012). It is based on the theoretical and methodological assumptions offered by Heller (1997), Barbosa (2008), Schudson (1993) and Mosco (2009). Identifies and analyzes some events that occurred at this station during the military regime, with emphasis on the student occupation in the first days of April 1964 and the involvement with radio education initiatives during subsequent military governments.

Keywords: Rádio da Universidade; educational radio; history of radio; Federal University of Rio Grande do Sul; group of 1964.

Rádio da Universidade, en Porto Alegre, y la dictadura: de la ocupación estudiantil en 1964 a la redemocratización en 1985

Resumen:

El estudio historiográfico aborda la trayectoria de la Radio de la Universidad Federal de Rio Grande do Sul, en Porto Alegre, durante la dictadura civil-militar de 1964 a 1985. Considera la periodización de la radio brasileña

¹ Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orcid: 0009-0000-3498-4552. *E-mail:* mariane.quadros@ufrgs.br.

² Doutor em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde atua no curso de Jornalismo e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Orcid: 0000-0001-9888-8834. *E-mail:* luiz.ferraretto@ufrgs.br.





propuesta por Ferraretto (2012) y la recuperación de la historia de las emisoras educativas y públicas realizado por Zuculoto (2012). Se basa en las proposiciones teóricas y metodológicas ofrecidas por Heller (1997), Barbosa (2008), Schudson (1993) y Mosco (2009). Identifica y analiza algunos hechos ocurridos en la emisora durante el régimen militar, con énfasis en la ocupación estudiantil de los primeros días de abril de 1964 y el involucramiento con iniciativas de educación radiofónica durante los gobiernos militares posteriores.

Palabras clave: Rádio da Universidade; radio educativa; historia de la radio; Universidad Federal de Rio Grande do Sul; golpe de 1964.

Introdução

Manhã de 1º de abril de 1964, Porto Alegre, Rio Grande do Sul. A cidade acorda em um clima de tensão, com a chegada das notícias sobre os movimentos iniciados no dia anterior pelos militares de Minas Gerais, que se puseram em marcha para derrubar o governo de João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). No início da tarde desse dia conturbado, o diretor da Rádio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Nilo Ruschel, está terminando seu almoço quando recebe um telefonema: um dos funcionários avisa que a emissora está totalmente ocupada por estudantes, que buscam resistir ao golpe civil-militar em curso. O numeroso grupo ocupa desde a frente do prédio, passando pelas escadarias de acesso e o seu interior, incluindo o estúdio e a sala da direção (Ruschel, 1964, p.1).

Conforme Medina (2023), a ação tinha como objetivo integrar a rádio à chamada Segunda Cadeia da Legalidade, movimento que buscava reeditar a rede radiofônica de 1961, quando as emissoras tiveram importante papel em difundir a campanha que garantiu a posse de Goulart, postergando um golpe de Estado. Mais uma vez liderada por Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul três anos antes e deputado federal em 1964, a iniciativa tem, então, como sede, a Prefeitura de Porto Alegre, comandada por Sereno Chaise, também do PTB e, portanto, correligionário de ambos. No Palácio Piratini, sede do governo gaúcho e palco da primeira Campanha de Legalidade, está o governador Ildo Meneghetti, do Partido Social Democrático (PSD), que apoia o movimento golpista.

Apesar do esforço desses estudantes que ocupam a Rádio da Universidade, assim como de diferentes segmentos da sociedade brasileira, o movimento iniciado pelos militares triunfa, instaurando um período ditatorial que vai se prolongar por 21 anos. Pertencente a uma instituição de ensino ligada ao governo federal, a emissora será diretamente afetada pela ditadura que se instaura naqueles primeiros dias de abril de 1964 e vai, com maior ou menor repressão, até a redemocratização do país, em 1985.



A Rádio da Universidade no contexto da ditadura

A Rádio da Universidade foi inaugurada em 18 de novembro de 1957, operando em amplitude modulada na frequência de 1.080 kHz, tornando-se a primeira emissora universitária do país³. A difusão da música de concerto é uma de suas principais características, com concessões à divulgação institucional da universidade, ao jornalismo, ao conteúdo educativo e ao ensino laboratorial. Apesar de não possuir uma outorga educativa⁴, a emissora não veicula publicidade.

A reflexão aqui apresentada ampara-se teoricamente na vertente crítica da economia política da comunicação, abordando o contexto em que atua a Rádio da Universidade: uma sociedade capitalista, na qual informação e cultura são também mercadorias. Mosco (2009, p. 98) destaca o conjunto de qualidades centrais que caracterizam as abordagens por esse viés: (1) a priorização da *mudança social* e da *transformação histórica*, que, para os teóricos marxistas, passa, necessariamente, por um exame da dinâmica do sistema capitalista; (2) a tentativa de compreender a *totalidade social*, com a análise do objeto de forma mais abrangente, identificando elos dos campos econômico e político com o entorno cultural e social; (3) a inclusão de uma perspectiva em que se destaca uma espécie de *filosofia moral*, objetivando explicitar posições éticas a respeito de práticas econômicas e políticas, mascaradas pelos interesses envolvidos; (4) a *questão da práxis*, a relação que se estabelece entre o ser humano e o seu entorno, produzindo e transformando o mundo e a si mesmo.

Para fazer uma reconstrução da trajetória da emissora, a pesquisa baseia-se em Heller (1997, p. 182), considerando que os fatos acontecem em fluxo, como uma corrente ininterrupta de eventos. Cabe à historiografia a tarefa de organizar o material histórico, destacando determinados *elos* dessa corrente, a fim de ampliá-los. Busca-se apoio metodológico em Schudson e no que o autor denomina de “história das instituições”: abordagem que, em consonância com a economia política da comunicação, “se interessa pelas forças sociais externas às instituições dos meios de comunicação ou da indústria submetida ao estudo

³ Antes disso, entre 1950 e 1953, a emissora universitária transmitiu em ondas curtas (Rádio da Universidade, 2024).

⁴ A outorga da emissora é de 28 de maio de 1956 e, portanto, anterior ao Decreto-Lei nº 236, de 1967, que definiu juridicamente o rádio educativo.

somente na medida em que afetam essa indústria ou instituição” (Schudson, 1993, p. 216). Nesse sentido, de acordo com Barbosa (2008, p. 5), é necessário apreender a complexidade dessa trajetória, “perceber a história como processo complexo, no qual estão engendradas relações sociais e culturais, falas e não ditos”. Considerando esse arcabouço teórico-metodológico, foi realizado o levantamento de dados a partir de pesquisa bibliográfica e documental, de escuta de arquivos da Rádio da Universidade, além de entrevistas em profundidade do tipo semiaberta (Duarte, 2005, p. 66).

A respeito do rádio brasileiro em si, parte-se da proposta de periodização de Ferraretto (2012), mais voltada para o rádio comercial, modelo predominante no país, e da recuperação histórica sobre as emissoras educativas e públicas, de Zuculoto (2012). O período aqui analisado localiza-se dentro da *fase de segmentação*, iniciada no final da década de 1950 e que segue até o início do século XXI (Ferraretto, 2012, p. 13). Os pontos de corte que marcam o começo dessa fase são a chegada da televisão, da transistorização e da frequência modulada. As emissoras buscam se reinventar para sobreviver à TV e mudam sua estratégia comercial: em vez de atingir o maior público possível, por meio de uma programação que busca agradar um gosto médio, passam a mirar em nichos específicos, ou segmentos (Ferraretto, 2012, p. 13-14).

Em relação ao rádio não comercial, os anos 1960 estão inclusos no período de *ênfase do ensino pelas ondas radiofônicas*, que persiste até o início da década de 1970. A respeito, Zuculoto (2012, p. 68-69) destaca o caráter dúbio do regime militar para as emissoras não comerciais: ao mesmo tempo em que muitas sofrem ação da censura, também se beneficiam das políticas governamentais de integração nacional e de consequente estímulo à radiodifusão, bem como do desenvolvimento da educação pelo rádio. Nas décadas de 1970 e 1980, a autora identifica a *época de ouro do rádio educativo*, caracterizada pela consolidação da radiofonia voltada ao ensino instrucional (Zuculoto, 2012, p. 69). É o período de criação de muitas emissoras e fundações de rádio e televisão educativas, incluindo as primeiras rádios em frequência modulada, educativas ou comerciais.

A ditadura-civil militar no Brasil

Madrugada de 31 de março de 1964, Juiz de Fora, Minas Gerais. O general Olympio

Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar e da 4ª Divisão de Infantaria do Exército, reúne as tropas e dá início a uma marcha que pretende derrubar o presidente do Brasil, João Goulart (Jango). O destacamento não encontra nenhuma resistência e, no dia 1º de abril, Goulart se vê sem apoio militar em Brasília, decidindo ir para o Rio Grande do Sul, onde conta com o III Exército⁵. Apesar de Jango não ter deixado o país ou renunciado ao cargo, o Congresso Nacional declara vaga a Presidência da República. As tentativas de impedir o movimento golpista não obtêm sucesso, de maneira que o golpe civil-militar é consumado dias depois, com o exílio de Goulart no Uruguai (Memorial da Democracia, 2017).

A ditadura civil-militar brasileira que segue tem suas peculiaridades. Fausto (2006, p. 257) ressalta: “[...] o regime quase nunca assumiu expressamente sua feição autoritária. Exceto por pequenos períodos de tempo, o Congresso continuou funcionando e as normas que atingiam os direitos dos cidadãos foram apresentadas como temporárias”.

Contudo, é uma fase de censura à imprensa, perseguições, prisões ilegais, torturas e assassinatos de opositores políticos, de repressão aos movimentos sociais e de expurgos a servidores públicos apontados como subversivos. Nessa época, estima-se que pelo menos 1.400 pessoas são afastadas da burocracia civil e outras 1.200 das Forças Armadas (Fausto, 2006, p. 259).

Quatro anos depois do golpe, o regime endurece a partir do Ato Institucional nº 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968. O AI-5 dá poderes ao presidente de fechar o Congresso Nacional, nomear interventores para os estados e municípios, cassar mandatos parlamentares e suspender os direitos políticos de qualquer cidadão. O ato também revoga o direito a *habeas corpus* para acusados de crimes contra a segurança nacional e por infrações contra a ordem econômica e social e a economia popular (Fausto, 2013, p. 409).

É um período de forte repressão aos movimentos políticos de oposição, de prisões, torturas e execuções. Ao mesmo tempo, boa parte da população vive um clima de prosperidade, com o controle da inflação, o crescimento econômico e a valorização dos salários, período que segue até meados da década de 1970, conhecido como *milagre brasileiro*. A seguir, com o declínio da economia e o desgaste da ditadura, o governo dá início a um processo de distensionamento do regime. No final da década, começa o mandato do último presidente da ditadura, João Baptista Figueiredo, em um contexto de ascensão do movimento operário, de greves e de protestos por democracia (Fausto, 2013, p. 409).

⁵ Atual Comando Militar do Sul.

Em agosto de 1979, o Congresso Nacional aprova a Lei da Anistia, que beneficia pessoas perseguidas durante a ditadura. O texto, no entanto, como destaca Fausto (2006, p. 280), inclui o perdão também aos responsáveis por práticas como a tortura. No final do mesmo ano, em dezembro, os parlamentares aprovam a lei que extingue o bipartidarismo imposto pelos militares, permitindo o retorno da diversidade política ao país.

A ditadura termina oficialmente em janeiro de 1985, deixando um legado econômico de alta da inflação e da dívida externa. Quando o presidente Figueiredo termina seu governo, a inflação havia atingido 223,8% em 1984, e a dívida externa chegou a US\$ 91 bilhões (Fausto, 2006, p. 279). A herança social e política é ainda mais trágica: ao menos 434 pessoas foram assassinadas pelas forças de segurança por razões políticas, sendo que os corpos de 210 nunca foram encontrados, segundo dados da Comissão Nacional da Verdade (Cannes, 2014). Além disso, milhares de brasileiros foram presos e torturados no período.

Os primeiros dias do golpe: uma rádio ocupada por estudantes

Noite de 31 de março, Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Os formandos do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) se preparam para o início da sua cerimônia de colação de grau. A alegria do momento é quebrada com a chegada do paraninfo da turma, Leônidas Xausa, professor de Ciência Política, que, quase como um segredo, informa que algo grave está acontecendo em Minas Gerais. Posteriormente uma das principais pesquisadoras de Jornalismo do país, Cremilda Medina integra, então, o grupo de formandos:

Na manhã seguinte, dia 1º de abril de 1964, o golpe militar estava instaurado. Já trabalhávamos no mercado [...]. O grupo de formandos se comunicou [...], deixamos o emprego formal e nos dirigimos à Rádio da Universidade para somar com a resistência do estado do Rio Grande do Sul. Na histórica mídia da UFRGS, atuamos sob a regência do radialista Lauro Hagemann, famosa voz gaúcha do *Repórter Esso*, na rádio Farroupilha, e, nesse momento, também a voz da Cadeia da Legalidade (Medina, 2023, p. 1-2).

A ação estudantil soma esforços na busca de reeditar a Cadeia da Legalidade de 1961, que garantiu a posse de Goulart. No entanto, os tempos são outros. O governador Meneghetti já havia emitido, no dia 31 de março, uma nota comunicando a requisição de todas as rádios e

TVs. Mesmo assim, acontece a adesão de emissoras como Farroupilha, Gaúcha e Metrópole, além da rádio Difusora, que atua como *cabeça de rede* (Abreu, 2014, p. 86). A tentativa de resistência por meio das ondas radiofônicas se repete em outros pontos do país, como no então estado da Guanabara, onde as rádios Nacional e Mayrink Veiga formam a sua Cadeia da Legalidade (Abreu, 2014, p. 86).

Nilo Ruschel, então diretor da rádio da UFRGS, registrou em relatório os acontecimentos daquele 1º de abril, após ser informado por telefone da ocupação da estação radiofônica:

Vim em seguida à rádio, aqui encontrando numeroso grupo de estudantes, desde a parte fronteira ao prédio, escadaria e dependências do mesmo. A própria sala da direção estava completamente tomada por estudantes [...]. (Ruschel, 1964, p. 1).

O diretor decide negociar com os ocupantes para que sejam definidos os responsáveis pela redação e locução, e que esses nomes constem em uma lista afixada na porta do prédio, de forma que apenas esses possam entrar. Conforme Ruschel, a rádio permanece sob controle do grupo até às 14h do dia 2, quando se desfaz a Cadeia da Legalidade⁶. Os estudantes “pacificamente se retiraram da estação sem ocasionar dano algum” (Ruschel, 1964, p. 2). Com pequenas divergências em relação à data e ao fechamento da emissora – que podem ser creditadas pela distância entre os fatos e a data do depoimento –, Medina (2023, p. 1-2) relembra a atuação estudantil naquele início de abril:

Os jornalistas formados na noite anterior escreveram e irradiaram boletins contra a quebra da ordem democrática até o início da tarde, quando chegaram os militares, nos mandaram para casa e fecharam a mídia da universidade que ousara resistir ao que se consagraria como a ditadura militar de 1964. O sentimento de perda se espalhava em várias direções, mas para nós, a Rádio da UFRGS nos era muito cara desde 1961, quando entramos no curso de Jornalismo.

Apesar dos esforços, o fenômeno da legalidade de 1961 não se repete. Para Lauro Hagemann, a iniciativa de 1964 foi um simulacro da primeira, com baixa audiência e pequena adesão das emissoras (*apud* Klöckner, 2014, p. 106). Quando Goulart decide deixar o país, o prefeito Sereno Chaise entende que não há mais pelo que lutar. Assim, decide encerrar a nova Cadeia da Legalidade, com palavras que demonstram o desalento com a situação:

⁶ De fato, a segunda Cadeia da Legalidade se encerrou no dia 3 de abril (Klöckner, 2014, p. 93).

Companheiros, amanhã será outro dia. O presidente viajou para o exterior, renunciou. Nós, o que defendíamos era a legalidade, a sua permanência no governo. Pedi calma. Pedi que todos se retirassem para suas casas, que fossem atender as suas famílias (*apud* Klöckner, 2014, p. 110).

O golpe agora consumado causa mudanças quase que imediatas na direção da universidade. Dias depois, o professor Elyseu Paglioli deixa o cargo de reitor, antes do término do mandato, não sendo possível afirmar se por iniciativa própria ou por ter sido obrigado (Mansan, 2009, p. 81). De fato, o docente era amigo de Getúlio Vargas e fortemente identificado com o PTB, tendo sido inclusive ministro da Saúde do governo de Goulart entre 18 de setembro de 1962 e 24 de fevereiro de 1963, período em que se afastou do reitorado (Mansan, 2009, p. 81). O vice-reitor Pery Pinto Diniz da Silva renuncia ao cargo, conforme registrado na ata da Sessão do Conselho Universitário de 25 de abril de 1964 (Mansan, 2009, p. 81). Após os trâmites regimentais ordinários da universidade, o professor José Carlos Fonseca Milano assume a Reitoria em 18 de maio (Mansan, 2009, p. 81).

Primeiro jornalista contratado pela emissora e militante do Partido Comunista, na ilegalidade desde 1947, Lauro Hagemann afasta-se da rádio em maio de 1964, quando assume o cargo de vereador pelo Partido Socialista Brasileiro⁷ (PSB), mas tem o mandato cassado em seguida (Hagemann, 1987). Em 1966, elege-se deputado estadual, sendo novamente cassado em 1969. O jornalista contou que, em 1969, ainda passou alguns meses trabalhando na rádio, até que é “descoberto” e aposentado compulsoriamente. Anistiado em 1979, retorna à emissora até 1982, quando se licencia para novo mandato político (Hagemann, 1987).

A longa espera pela democracia: o ensino pelo rádio em tempos de ditadura

Durante a ditadura, um dos focos dos militares é o ensino formal pelo rádio, que se relaciona a dois objetivos principais do governo: segurança e desenvolvimento. No campo educacional, segundo Martins (2014, p. 40-41), o disciplinamento se constituiu em um elemento importante para garantir a ordem e a moralização dos costumes e, dessa forma, a segurança nacional. Por outro lado, o foco no ensino profissionalizante tem como objetivo promover a qualificação da mão de obra.

Criado em 1965 e voltado ao ensino de nível médio, o Serviço de Rádio e Televisão Educativa (Serte) é a primeira dessas ações. Encerrado dois anos depois, dá origem, no Rio Grande do Sul, à Fundação Educacional Padre Landell de Moura (Feplam), criada em 6 de

⁷ A ilegalidade do PCB obrigava seus integrantes a atuarem em outros partidos.

maio de 1967 e instalada dentro do prédio da Rádio da Universidade, tendo como um de seus fundadores o diretor da emissora, Nilo Ruschel (Golin; Freitas, 2020, 179-180). A utilização do espaço da estação da universidade causa desconforto em parte dos funcionários (Golin; Freitas, 2020, 180).

Conforme Iara Bendati (1987), a equipe de jornalismo da emissora estava restrita a dois redatores – ela e Vacília Derenji – e dois estagiários, “rodeados pelo pessoal da Feplam, porque havia muito dinheiro [para a fundação]”. O ex-funcionário da rádio, Lauro Hagemann, então deputado estadual e presidente do Sindicato dos Radialistas do Rio Grande do Sul, manifesta-se publicamente, nos dias seguintes à inauguração, afirmando que a interferência do Serte/Feplam deteriorava o serviço prestado pela emissora. Na época, relatório da Seção Administrativa (1967, p. 1-2) da rádio contesta as críticas, negando problemas de falta de espaço em razão da presença de funcionários da fundação ou prejuízo aos trabalhos devido ao uso compartilhado de máquinas de escrever e demais recursos. Mesmo assim, em meados de 1968, o conflito causado pela Feplam culmina na saída de Ruschel da direção da emissora, um dos entusiastas da iniciativa.

Em substituição a Ruschel, a Reitoria escolhe uma pessoa da própria equipe, a jornalista Vacília Derenji, que, segundo o *Jornal do Brasil*, torna-se, assim, a primeira mulher diretora de uma emissora do Rio Grande do Sul (Mulher ocupa..., 24 jul. 1968). Conforme Bendati (1987), um dos motivos da escolha foi político: “Eu era dirigente sindical, e eles preferiam uma pessoa desligada [do sindicato]”. De acordo com Derenji (2023, informação verbal)⁸, anos depois, Eduardo Zaccaro Faraco, reitor responsável pela escolha, confidenciou-lhe que seu nome foi questionado por outros docentes de forma machista. Teriam dito que Faraco iria se arrepender de colocar uma mulher na direção da Rádio da Universidade. Na ocasião, Faraco garantiu-lhe que nunca se arrependeu.

A década de 1970 se inicia com mudanças na estrutura da UFRGS, em decorrência da aprovação da Reforma Universitária. Nesse contexto, é criada a Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, em 1º de setembro de 1970 e, com isso, o curso de Jornalismo deixa a Faculdade de Filosofia, então localizada no *campus* central e próxima à Rádio da Universidade, e passa a ocupar o prédio da Gráfica, situado junto ao Planetário, na esquina da avenida Ipiranga com a rua Ramiro Barcelos (Camargo, 2009, p. 40-41). Com a

⁸ DERENJI, Vacília. Entrevista concedida a Mariane Souza de Quadros. Gramado, 10 set. 2023.

mudança, os estudantes de jornalismo são afastados da região conhecida por sua efervescência política e cultural em um viés contestatório ao regime vigente.

Desde o golpe, a universidade já enfrentava expurgos. As primeiras demissões e aposentadorias compulsórias ocorrem logo após a ruptura democrática, em 1964, e são executadas por meio da formação de uma Comissão Especial de Investigações Sumárias na UFRGS, integrada por docentes da universidade e presidida pelo general Jorge Cezar Garrastazu Teixeira, representante do Ministério da Educação (MEC) e do III Exército (Averbuck; Campilongo; Holzmann; Miranda; Santos; Taitelbaum, 2008, p. 32). Nesse primeiro ciclo, 17 professores são excluídos dos quadros da universidade, em processos que utilizam “acusações genéricas e apócrifas, o incitamento à delação anônima e a negativa de tomar depoimentos em defesa dos acusados” (Averbuck; Campilongo; Holzmann; Miranda; Santos; Taitelbaum, 2008, p. 40). Já em 1969, após o AI-5, não se considera necessário nem mesmo a simulação de julgamentos, bastando a assinatura presidencial e a publicação dos decretos, ocorrendo mais 20 desligamentos sumários (Averbuck; Campilongo; Holzmann; Miranda; Santos; Taitelbaum, 2008, p. 73).

No entanto, de acordo com Vacília Derenji (2023), os efeitos da repressão não são muito marcantes na emissora universitária, com exceção da aposentadoria compulsória de Lauro Hagemann. Provavelmente, isso se dá pelo fato da rádio se manter focada na cultura e nos assuntos da UFRGS, sem abordar temas políticos. Mesmo assim, ao menos entre 1971 e 1977, a programação é revisada por um censor. As folhas com a grade da semana são enviadas para a Polícia Federal, analisadas e devolvidas com o aceite (Quadros, 2024, p. 106-107).

Nessa época, uma das principais preocupações é incrementar a programação e aumentar a potência, de forma a transmitir para todo o Rio Grande do Sul (Quadros, 2024, p. 100). O projeto, de autoria do professor de engenharia da UFRGS, Homero Carlos Simon⁹, é enviado para o Departamento Nacional de Telecomunicações (Dentel) em junho de 1970. No início de 1972, a universidade garante um espaço para as instalações dos novos transmissores, com a doação, pelo governo gaúcho, de um terreno junto ao Instituto de Pesquisas Veterinárias Desidério Finamor, no quilômetro 23 da BR-116, em Guaíba¹⁰ (Quadros, 2024, p.

⁹ Engenheiro reconhecido no Rio Grande do Sul por seus conhecimentos a respeito de radiodifusão e com atuação em emissoras comerciais de Porto Alegre como Gaúcha e Guaíba.

101). A mudança é importante porque, desde a inauguração, os transmissores estão localizados na Ilha do Chico Inglês, local acessado somente por barco e sem fornecimento de energia elétrica. A dependência de geradores a óleo diesel ocasiona uma série de entraves e despesas, como a limitação do tempo de funcionamento da rádio e a burocracia que envolve a compra de combustível por um órgão público¹⁰.

O processo para o aumento da potência leva cerca de 10 anos. Os preparativos incluem a autorização governamental e a construção do prédio para os novos transmissores, além da licitação e compra do equipamento com a nova potência. Uma das dificuldades é conseguir recursos financeiros para os novos equipamentos. Uma verba prometida pelo Programa Nacional de Teleducação (Prontel) nunca chega aos cofres da universidade (Derenji, 1979, p. 1). É necessário o investimento da própria UFRGS, no valor de aproximadamente 2 milhões de cruzeiros. Por fim, em 21 de maio de 1979, a Rádio da Universidade dá início às transmissões experimentais com 10 kW de potência, passando a atingir entre 200 e 300 km com suas emissões, aumento considerável em comparação com os 60 km anteriores (Quadros, 2024, p.104).

Por outro lado, o objetivo de incremento da programação é buscado a partir da contratação de produtores externos, do trabalho voluntário de integrantes da comunidade universitária e do recebimento de programas produzidos por emissoras estrangeiras, como British Broadcasting Corporation (BBC), Deutsche Welle, Rádio Nederland e Radiodifusão Francesa. Outra forma de trazer mais programas é via inserção em iniciativas de educação radiofônica do governo federal (Quadros, 2024, p. 101).

Em outubro de 1970, é implantado o Projeto Minerva, que tem o objetivo de atingir todo o território brasileiro (Pimentel, 2004, p. 8). As emissões do projeto totalizavam cinco horas semanais, sendo 30 minutos diários de segunda a sexta-feira e uma hora e 15 minutos aos sábados e domingos. Gerada pela Rádio MEC, do Rio de Janeiro, a programação é transmitida para todo o país por meio da então estatal Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel). Nas cidades que não são cobertas pela rede, as emissoras recebem fitas com os programas gravados, que devem ser veiculados nos mesmos horários (Ferraretto, 2001, p. 162). Todas as rádios brasileiras participavam da rede devido à obrigação imposta pelos militares por meio do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que

¹⁰ Atualmente, área do município de Eldorado do Sul.

obriga à transmissão de programas educacionais. Ao longo da década de 1980, o Minerva vai perdendo força, no contexto do declínio da ditadura civil-militar. Segundo Ferraretto (2001, p. 162), suas transmissões são encerradas em 16 de outubro de 1989.

Outra ação na área é a criação do Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (Sinred), em 1983, a fim de possibilitar que as emissoras educativas possam veicular programas produzidos por todas as integrantes do sistema (Ferraretto, 2001, p. 176). Para o diretor da rádio no início daquela década, Carlos Urbim (2007), a implantação do sistema gera a expectativa de dias melhores, com a promessa de recebimento de verbas do governo federal (Fleck, 1982). Tal esperança não chega a se transformar em realidade. Ao longo de seu funcionamento, a maior parte dos programas do Sinred é produzida pela Rádio MEC, mas algumas emissoras também colaboram com materiais. A Rádio da Universidade é uma delas. A iniciativa chega a produzir um noticiário de forma colaborativa, com um grupo que reúne até 54 estações educativas, incluindo a da UFRGS (Pimentel, 2004, p. 82). O Sinred encerra suas atividades em 1998, sendo considerado o último projeto nacional voltado à transmissão de programas educativos e culturais (Pimentel, 2004, p. 85).

No final da década de 1980, com a redemocratização, a Rádio da Universidade aborda assuntos políticos em alguns programas. Em novembro de 1988, conforme Silvia Secrieru (2023)¹¹, funcionários e estagiários fazem a cobertura das eleições municipais – as primeiras nas antigas zonas de segurança nacional¹² –, com boletins transmitidos ao vivo para todo o país, via Sinred. No ano seguinte, em outubro de 1989, o *Vota Brasil* traz professores da UFRGS para comentar a conjuntura das eleições para presidente da República e seus candidatos (Barrionuevo, 1989). A eleição é especialmente relevante porque, após 21 anos de ditadura civil-militar e a promulgação de uma nova Constituição, os brasileiros voltam a escolher o presidente do país pelo voto direto.

Considerações finais

Ao recuperar a trajetória da Rádio da Universidade no período da ditadura civil-militar, percebe-se que a emissora segue o contexto da época em termos de governo, de universidade e do ensino pelo rádio. Depois da ocupação estudantil naqueles primeiros dias de abril de 1964, os meses e anos correram na emissora sem maiores enfrentamentos ou

¹¹ SECRIERU, Silvia. Entrevista concedida a Mariane Souza de Quadros. Porto Alegre, 18 de outubro de 2023.

¹² Cidades em que os prefeitos, durante a ditadura, não eram eleitos pela população.



sobressaltos no campo político. Pode-se aventar que um dos motivos é a opção de programação da emissora, focada na música de concerto e na divulgação cultural e institucional, não incluindo temas sensíveis ao regime militar e servindo de canal a projetos tidos como educacionais e caros ao governo.

Pode-se inferir, ainda, que, como se trata de uma emissora vinculada a uma universidade dentro da estrutura do governo federal, houve sempre um entendimento implícito entre os funcionários do que era possível e do que não era abordar, algo que sequer necessitou ser determinado, com as limitações dadas pelo próprio contexto da época. Uma demonstração disso, acrescenta-se a título de exemplo, é a declaração de Hélio Nascimento, programador da emissora e produtor do programa *Cinema de Segunda a Segunda*, afirmando que abordava apenas filmes liberados pela censura brasileira, pois, apesar de nunca ter recebido vedações expressas, “sabia o país em que estava vivendo” (*apud* Golin; Freitas, 2020, p. 183).

Ainda sobre as ocupações estudantis, faz-se relevante fazer um paralelo com um fenômeno mais recente, de 2016. Entre outubro e dezembro, os estudantes tomaram o controle de prédios das universidades de todo o país, em protesto aos planos do presidente Michel Temer de estabelecer um rígido teto para os gastos públicos pelo período de 20 anos – a Proposta de Emenda Constitucional nº 241/55 – e de implementar uma reforma no ensino médio, retirando a obrigatoriedade de disciplinas de Artes, Educação Física, Filosofia e Sociologia. Na UFRGS, a mobilização atingiu 21 das 29 unidades acadêmicas, também provocando a deflagração de greve entre os técnico-administrativos em educação e os professores (Gomes, 2017). Apesar do tamanho do protesto, a Rádio da Universidade não chegou a ser lembrada pelo movimento estudantil.

O fato pode ser interpretado como sintoma de um afastamento da emissora em relação ao cotidiano acadêmico. Também pode ser um sinal da perda de importância do rádio como meio de comunicação para as novas gerações, mais afeitas a interações pelas redes sociais. Tal constatação fica a sinalizar a necessidade de mais estudos sobre as emissoras universitárias e suas dificuldades sob a vigência de regimes autoritários ou democráticos.

Referências

ABREU, Luciano Aronne de. Uma segunda Legalidade por Jango: Porto Alegre, 1º de abril



de 1964. In: MONTEIRO, Charles; ABREU, Luciano Aronne de; KLÖCKNER, Luciano (org.). **Segunda Cadeia da Legalidade**: registros históricos e jornalísticos. Porto Alegre: Editora da PUC, 2014. p. 69-92.

AVERBUCK, Ligia; CAMPILONGO, Maria Assunta; HOLZMANN, Lorena; MIRANDA, Luiz Alberto de; SANTOS, José Vicente dos; TAITELBAUM, Aron. **Universidade e repressão**: os expurgos na UFRGS. 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 2008.

BARBOSA, Marialva. Por uma história cultural da imprensa brasileira. **Lumina**, Juiz de Fora, v. 2, n. 1, p. 1-8, jul. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/20970/11345>. Acesso em: 7 abr. 2024.

BARRIONUEVO, José. Cientista duvida. **Correio do Povo**, Porto Alegre, out.1989. [Recorte sem numeração de página dos arquivos da Rádio da Universidade].

BENDATI, Iara. [Depoimento concedido a] Sergio Stosch. **Rádio da Universidade**, Porto Alegre, 1987. Gravação digital.

CAMARGO, Juliano Leal. **Fabico**: uma memória a resgatar. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/22696>. Acesso em: 16 dez. 2024.

CANNES, Michèlle. Comissão reconhece 434 mortes e desaparecimentos durante ditadura militar. **Agência Brasil**, Brasília, 10 dez. 2014. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-12/comissao-reconhece-mais-de-200-desaparecidos-politicos-durante>. Acesso em: 7 abr. 2024.

DERENJI, Vacília. **Relatório da rádio e planetário, de 1979**. Porto Alegre: Centro de Teledifusão Educativa, 28 dez. 1979.

DUARTE, Jorge. Entrevista em Profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. p. 62-83.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora da USP, 2006.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Editora da USP, 2013.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio – O veículo, a história e a técnica**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001.

FERRARETTO, Luiz Artur. Uma proposta de periodização para a história do rádio no Brasil. **Eptic** – Revista de Economia Política das Tecnologias da Informação e Comunicação, Aracaju: Observatório de Economia e Comunicação da Universidade Federal de Sergipe, v. 14, n. 2, maio/ago. 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/eptic/article/viewFile/418/332>. Acesso em: 16 dez. 2024.

FLECK, Roberto Antunes. Rádio da Universidade chega aos 25 anos com muitos planos. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 23 nov. 1981. Recorte sem numeração de página. Disponível nos arquivos da Rádio da Universidade.

GOLIN, Cida; FREITAS, Ana Laura Colombo de. A rádio da Universidade entre as décadas de 60 e 70: a consolidação do perfil cultural e de programação. *In*: RADDATZ, Vera Lucia Spacil; KISCHINHEVSKY, Marcelo; LOPEZ, Debora Cristina; ZUCULOTO, Valci (org.). **Rádio no Brasil: 100 Anos de história em (re)construção**. Ijuí: Editora Unijuí, 2020. p. 170-187. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/212600>. Acesso em: 16 dez. 2024.

GOMES, Luís. **UFRGS retoma aulas nesta segunda (2) após fim de ocupações e greve dos professores**. Sul21, Porto Alegre, 2 jan. 2017. Disponível em: <https://sul21.com.br/ultimas-noticias-geral-areazero-2/2017/01/ufrgs-retoma-aulas-nesta-segunda-2-apos-fim-de-ocupacoes-e-greve-dos-professores>. Acesso em: 7 abr. 2024.

HAGEMANN, Lauro. [Depoimento concedido a] Sergio Stosch. Rádio da Universidade, Porto Alegre, 1987. Gravação digital.

HELLER, Agnes. **Teoría de la historia**. 5. ed. México: Fontamara, 1997.

KLÖCKNER, Luciano. Segunda Cadeia da Legalidade: a tentativa de resistência ao golpe de 1964 no rádio. *In*: MONTEIRO, Charles; ABREU, Luciano Aronne; KLÖCKNER, Luciano (org.). **Segunda Cadeia da Legalidade: registros históricos e jornalísticos**. Porto Alegre: Editora da PUC, 2014. p. 93-113.

MANSAN, Jaime Valim. **Os expurgos na UFRGS: afastamentos sumários de professores no contexto da ditadura civil-militar (1964 e 1969)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2303>. Acesso em: 16 dez. 2024.

MARTINS, Maria do Carmo. Reflexos reformistas: o ensino das humanidades na ditadura militar brasileira e as formas duvidosas de esquecer. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 51, p. 37-50, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/35821/22090>. Acesso em: 7 abr. 2024.

MEDINA, Cremilda. **A ocupação da Rádio da Universidade em abril de 1964**. [Depoimento concedido a Mariane Souza de Quadros]. São Paulo, 11 jun. 2023. Depoimento por escrito.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. **Golpe militar depõe governo constitucional**. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/card/golpe-militar-depoe-governo-constitucional>. Acesso em: 16 dez. 2024.

MOSCO, Vincent. **The political economy of communication**. 2. ed. London: Sage





Publications, 2009.

MULHER OCUPA chefia de rádio no Sul. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 24 jul. 1968. [Recorte sem numeração de página dos arquivos da Rádio da Universidade].

PIMENTEL, Fábio Prado. **O Rádio educativo no Brasil: uma visão histórica**. Rio de Janeiro: Soarmec, 2004.

QUADROS, Mariane Souza de. **A pioneira das emissoras universitárias brasileiras: uma história da rádio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2084. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/275442>. Acesso em: 16 dez. 2024.

RÁDIO DA UNIVERSIDADE. **História**. Porto Alegre, 2024. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/radio/quem-somos>. Acesso em: 14 jun. 2024.

RUSCHEL, Nilo. **Intervenção na rádio**. Porto Alegre: Radiodifusão da URGs, 26 jun. 1964. Relatório.

SCHUDSON, Michael. Enfoques históricos a los estudios de la Comunicación. *In*: JENSEN, Klaus Bruhn; JANKOWSKI, Nicholas W. (ed.). **Metodologias cualitativas de investigación en comunicación de masas**. Barcelona: Bosch, 1993. p. 211-228.

SEÇÃO ADMINISTRATIVA. **Informe quanto aos serviços do Serte na rádio**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1967. Relatório.

URBIM, Carlos. [Depoimento concedido a] Silvia Secrieru. **Rádio da Universidade**, Porto Alegre: 2007. Gravação digital.

ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer. **A programação de rádios públicas brasileiras**. Florianópolis: Insular, 2012.

Submetido em: 29.04.2024

Aprovado em: 25.07.2024

